

EDITORIAL

A fonoaudiologia e a crise brasileira

Após um ano e alguns meses de governo, o presidente Collor anuncia um 'emendação' que além de atingir diretamente a categoria, através da eliminação da aposentadoria por tempo de serviço, penalizando aqueles que iniciam suas atividades profissionais mais cedo, entre eles muitos 'estudantes-trabalhadores', não só deixa de atacar os problemas fundamentais para a retomada do desenvolvimento econômico visando à justiça social (conforme propunha seu plano de governo), como aponta para a privatização de serviços de educação e de saúde.

A pretendida não gratuidade do ensino superior para as escolas federais e estaduais, sob a alegação de que a maioria dos que nelas estudam tem condições financeiras para arcar com o pagamento de anuidades, enquanto que a maior parte dos alunos das escolas privadas é originária de meio socioeconômico menos privilegiado, não passa de uma nova 'cortina de fumaça' que, além de não atacar de frente o problema da qualidade do ensino brasileiro, tenta escamotear o baixo nível de democratização do ensino superior em nosso País.

A cobrança de anuidades nas escolas oficiais de ensino superior não resolve o problema porque colocará mais um obstáculo ao acesso à escola pública, além da alta concorrência no vestibular, qual seja, o da manutenção econômica. Assim, o acesso e a permanência na escola pública superior para os que provêm de meio social menos privilegiado ficará ainda mais difícil. Por outro lado, como não se faz nada em relação à qualidade do ensino público de 1º e 2º graus, a grande maioria dos ingressantes nas escolas públicas superiores federais e estaduais continuará sendo aqueles oriundos de famílias com possibilidades de manutenção de seus filhos estudantes, isto é, os provenientes, na grande maioria, das escolas privadas de 1º e 2º graus. Aqueles que não tiveram possibilidades de freqüentar escolas de melhor nível nem de terem custeados um, dois ou mais anos de cursinhos preparatórios, estarão fadados a ter como única possibilidade o ingresso em escolas privadas de baixa qualidade de ensino, tal como ocorre hoje.

Por outro lado, por trás da bandeira da privatização do ensino superior esconde-se, mais uma vez, a intenção de se destinar verbas públicas ao ensino privado, para a realização de serviços de 'pesquisa e extensão', atividades quase nunca desenvolvidas até hoje pelas instituições privadas, com raríssimas e conhecidas exceções.

Os cursos de fonoaudiologia no Brasil, em razão do fato de serem em período integral, já apresentam, de certa forma, uma elitização com relação ao alunado. No nosso Estado, nos últimos cinco anos, ao lado da abertura de cursos de fonoaudiologia

por instituições privadas (cuja qualidade de ensino deve ser melhor analisada), surgem cursos em escolas públicas, como o da USP de Bauru e da Unesp de Marília, fato que nos parece auspicioso, após mais de vinte anos da criação dos cursos da USP-São Paulo e da Escola Paulista de Medicina.

A cobrança de anuidades (embora sustada devido às pressões, mas não descartada por aqueles que pretendem, mais uma vez, colocar a política social dentro do princípio da sua auto-sustentação) precisa ser combatida por todos aqueles que lutam verdadeiramente pela democratização do ensino em nosso País, pois essa auto-sustentação nada mais é do que a dupla penalização do usuário, uma vez que, como contribuinte, ele já está pagando para a existência desse serviço.

A questão da privatização dos serviços de saúde é ainda mais dramática, na medida em que o Estado pretende se eximir do atendimento direto, atuando somente através de serviços privados de saúde que não poderão fugir do mecanismo da auto-sustentação. Assim, aqueles que possuem renda suficiente para obtenção de serviços de melhor qualidade poderão usufruir dessa privatização enquanto à massa popular serão oferecidos serviços condizentes com suas possibilidades financeiras, o que significa dizer que deverão ter piorados o seu atendimento neste campo.

A fonoaudiologia, embora com história relativamente recente de inserção nos serviços de saúde pública, tem sentido de perto o que significa trabalhar com poucas condições para a prestação de um serviço de qualidade a essa população. Se essa pretendida privatização ocorrer, com certeza essas condições deverão se deteriorar, penalizando, mais uma vez, os 'descamisados', além de limitar, ainda mais, o exercício profissional do fonoaudiólogo.

Enquanto o Governo faz alarde na mídia que a privatização de empresas estatais poderá canalizar sua ação para as chamadas 'políticas sociais', efetua ao mesmo tempo movimento para a privatização desses mesmos serviços, o que nos leva a perguntar: quais serão então as suas prioridades?

É preciso que todos aqueles que têm lutado para que o direito à educação e à saúde se estenda a toda a população se mobilizem contra essa privatização, que fatalmente atingirá a qualidade dos cursos universitários de formação profissional e os serviços de saúde, entre eles os de fonoaudiologia.

José Geraldo Silveira Bueno